

DA LAMA À LUTA: A BATALHA SILENCIOSA DE CIDADÃOS POBRES POR IDENTIDADE E POR UM LUGAR NA CIDADE

Paulo Alexandre Xavier Marques³⁵

USP/ UFCG

Paxm2009@gmail.com

RESUMO

Este artigo relata resultados de uma pesquisa de mestrado. Utiliza como metodologia a história oral e como fontes, entrevistas, relatos de memória, observações de campo e publicações jornalísticas. Tem como objeto um caso de expulsão de moradores pobres do bairro de Boa Viagem, em Recife, Pernambuco, quando da construção de um corredor viário, denominado Via Mangue. O objetivo geral é problematizar as táticas dos moradores expulsos, como armas de luta pelo direito à cidade e à autodeterminação. Chegou-se à conclusão de que a expulsão dos moradores pobres do bairro de Boa Viagem constituiu um processo marcado por contradições. Não eliminou, mas apenas deslocou fronteiras de segregação espacial, provocou o desenraizamento cultural e a precarização das condições socioambientais dos moradores expulsos.

Palavras-chave: Via Mangue; intervenções urbanísticas; história de Recife.

INTRODUÇÃO

Este relato histórico se desenvolveu através da análise das correlações de forças e dos embates socioculturais entre os atores envolvidos no caso de intervenção governamental ocorrida em duas comunidades pobres de sua zona sul de Recife, capital do Estado de Pernambuco, denominadas “Xuxa” e “Deus nos Acuda”. Tais movimentos e ações diversas foram responsáveis por mudanças culturais e socioambientais no ambiente urbano.

A pesquisa, tem seu recorte temporal localizado entre os anos de 2010 e 2013, e, portanto, se enquadra no campo da História do Tempo Presente, uma categoria relativamente recente no campo da historiografia, porém já consolidada e epistemologicamente aceita, uma vez que age como inovadora sem desligar-se das

35Arquiteto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), mestre em história pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), professor de História da Arte no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFACISA em Campina Grande, PB e doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

garantias de confiança oferecidas pelas práticas tradicionais (PUENTES e GAVÍDIA, 2007).

A referida intervenção, que ocorreu no bairro de Boa Viagem, em maio de 2010, teve como objetivo possibilitar a construção de uma via expressa, denominada Via Mangue. Seu traçado coincidiu com a localização de comunidades pobres, cujos moradores foram removidos para um condomínio residencial. Este fato mudou a paisagem do bairro, suas relações socioculturais e desmantelou a já precária organização socioeconômica dos moradores expulsos.

Diante desse quadro, esta pesquisa pretendeu responder à seguinte problemática: Como ou através de que atores sociais, de quais práticas e redes de relações de força se deram os jogos de poder no processo de implantação do projeto da Via Mangue, mais especificamente no tocante à experiência dos ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”?

O objetivo geral desta pesquisa é problematizar as estratégias utilizadas pelos gestores públicos para justificar e viabilizar o projeto da Via Mangue, mais especificamente no que diz respeito à expulsão dos moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”, refletindo as táticas utilizadas por estes últimos como reação à ação governamental.

Foram definidos três objetivos específicos, sendo o primeiro analisar de que forma eram produzidos e praticados os espaços, assim como as sociabilidades no bairro de Boa Viagem antes da intervenção, dando atenção especial à experiência dos moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”; o segundo foi problematizar os discursos dos gestores públicos enquanto parte das estratégias no contexto das relações de forças sociais, nos quais a inclusão social³⁶ e a dignidade dos moradores das localidades aparecem como argumentação para implantação do projeto da Via Mangue; e o terceiro analisar como as populações das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” se apropriaram³⁷ do projeto da Via Mangue, com suas táticas e astúcias, recriando práticas de espaços, identidades e retomando a sua autodeterminação.

³⁶ O termo “excluído social” é comumente utilizado nos discursos governamentais para justificar ações que se propõem a dar acesso à participação na vida social a grupos de pessoas pobres. No entanto, ninguém é excluído apenas, pois todas as camadas da população estão amplamente incluídas nas mais diferentes dimensões da vida social, cultural e econômica de uma cidade.

³⁷ Apropriação: define o consumo cultural como uma operação de produção que embora não fabrique nenhum objeto, assinala a sua presença a partir de maneiras de utilizar os produtos que lhe são impostos (CERTEAU, 1994).

Para operacionalizar as análises, foram utilizados os conceitos de “tática”, “estratégia” em de Michel de Certeau (1994), assim como os conceitos de “identidade” em Stuart Hall (2003) e Tomás Tadeu da Silva (2003).

Como metodologia para obtenção de dados, este pesquisa utilizou a História Oral. Teve como fontes, além de publicações jornalísticas, observações simples de campo, análises fotográficas e pesquisas bibliográficas, entrevistas e relatos de memória dos ex-moradores das comunidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”. Esta coleta de dados se deu por abordagem direta, através de entrevistas individuais semiestruturadas gravadas e posteriormente transcritas e editadas, as quais partiram de perguntas pré-elaboradas em função dos objetivos almejados, cujas respostas deixaram os entrevistados livres para uma conversação subjetiva, através da qual se pudessem obter dados relevantes.

A coleta de dados se deu entre setembro de 2010 e julho de 2013. Foi, portanto, a partir da análise e do cruzamento entre as diversas fontes e a própria visão do autor, que essa narrativa historiográfica foi construída.

A partir da metade do século XX o processo de urbanização do Brasil tornou-se incrivelmente acelerado, invertendo sua configuração, de um país predominantemente agrário para urbano (DEÁK e SCHIFFER, 2015). A cidade, então, mais que apenas o palco onde ocorriam as grandes mudanças nas relações de produção capitalistas, passou a ser, de modo especial na sua conformação espacial, resultado direto dessas relações.

A CONSTRUÇÃO DA VIA MANGUE: ABRINDO PASSAGEM PARA GRANDES EVENTOS

Entre os anos de 2003 e 2012, a cidade de Recife viveu um momento favorável à implantação de grandes obras públicas em função do alinhamento político entre as três esferas de governo, com a eleição do pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da república, João Paulo Lima e Silva para prefeito do Recife, ambos do PT (Partido dos Trabalhadores) e Eduardo Campos do PSB (Partido Socialista Brasileiro), na época aliado do PT, para governador de Pernambuco.

Aliado a isso, nos campos econômico, social e cultural acontecimentos como a eleição do Brasil como sede de vários importantes eventos internacionais, como a Copa das Confederações de Futebol de 2013, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, da Igreja Católica, a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016, criaram as

condições para o “desengavetamento” de um antigo projeto de mobilidade urbana para a zona Sul de Recife, área de grande potencial turístico e comercial.

Os grandes centros urbanos do país precisavam estar preparados para atender às necessidades do grande fluxo de turistas e de novos negócios que viriam no bojo desses acontecimentos, tanto no que diz respeito à mobilidade, quanto à estética da paisagem e à segurança pública.

A Via Mangue, segundo o discurso da prefeitura, foi um projeto viário, habitacional e ecológico e teve por objetivo principal desafogar o trânsito de Boa Viagem, na zona sul do Recife. Sua conclusão, segundo o prefeito João da Costa, estaria prevista até maio de 2013, prazo estabelecido pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association) para as intervenções de acessibilidade nas cidades que receberiam a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações, ainda em 2013. No entanto, a obra só foi inaugurada em toda a sua extensão em janeiro de 2016.

Seu traçado atravessa áreas que estavam ocupadas por oito comunidades pobres, entre elas a “Xuxa” e a “Deus nos Acuda”, e margeia uma das últimas grandes áreas de preservação ambiental da cidade, composta de mangues e rios.

Segundo o discurso dos gestores públicos, a Via Mangue foi uma obra estratégica para o desenvolvimento econômico, social, turístico e ambiental da cidade. O projeto, que cresceu ao sistema viário 4,5 Km, incluiu a melhoria da rede de saneamento; obras de urbanização; construção de 992 moradias para famílias que moravam em palafitas e de outras localidades, distribuídas em 3 conjuntos habitacionais, o Residencial I Via Mangue, o Residencial II Via Mangue e o Residencial III Via Mangue. Este último, apesar de ser o último na numeração, foi o primeiro a ser entregue, exatamente para os ex-moradores da “Xuxa” e de “Deus nos Acuda” (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

A pedra fundamental da Via Mangue foi lançada no dia 11 de junho de 2011, conforme publicado no “Blog de Jamildo”, do jornalista Jamildo Jr.³⁸ Segundo a

³⁸ **Jamildo Pereira de Melo Júnior** é um jornalista recifense. Nasceu em 24 de julho de 1965 e graduou-se em 1992 pela Universidade Católica de Pernambuco. Sempre trabalhou no Jornal do Comercio, no qual já foi repórter, subeditor de Economia e editor interino, depois passando a repórter especial. Desde fevereiro de 2006, edita o Blog de Jamildo, alocado no *site* do jornal no portal UOL. Jamildo costuma se posicionar politicamente em suas reportagens e, muitas vezes, é criticado por seus opositores por favorecer os governos estadual e municipal em sua cidade. Ele é um crítico ferrenho do PT (Partido dos Trabalhadores). Fonte: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=659>> e <<http://www.terrorordonordeste.blogspot.com.br/2012/06/ultima-perola-de-jamildo-melo.html>> Acesso em 06 de ago. de 2013.

publicação, essa foi a maior obra viária urbana realizada no Recife nos últimos 30 anos. (MELO JR., 2010).

No caso desta intervenção, a ênfase dos discursos políticos estava na questão da dignidade da moradia. Oferecia-se ao morador das chamadas “favelas” a oportunidade de ter moradias dignas e higiênicas, dentro de uma organização “civilizadora”.

O novo residencial foi construído a cerca de três quilômetros das antigas localidades, o que pode parecer pouco, mas foi o suficiente para quebrar praticamente todas as relações de vizinhança que os moradores mantinham com o bairro nobre de Boa Viagem. Estas relações eram o sentido maior de sua organização social e econômica, pois as experiências cotidianas das populações pobres das periferias das grandes cidades, marcadas pela luta diária pelo que é mais básico, como o alimento e a assistência à saúde, possibilita a construção de um saber próprio, que lhes possibilita viver o avesso da vida, a qual insistentemente se quer diferente (MONTENEGRO, 2013-A).

No ato do recebimento do apartamento, cada morador assinou um documento se comprometendo a seguir as regras disciplinadoras estabelecidas pela prefeitura. Estas proibiram a venda ou aluguel de apartamentos; qualquer atividade comercial na área dos prédios; a apropriação de qualquer área comum, inclusive do estacionamento.

Um dos principais problemas do projeto do residencial relatados pelos moradores é a falta de espaço para colocação de equipamentos de trabalho. Muitos dos moradores são prestadores de serviço autônomo, como no caso de pedreiros, eletricitas, encanadores, costureiras que precisam guardar ferramentas e sobras de material para o seu trabalho diário. O tamanho dos apartamentos, 36 m², e o posicionamento do tipo uns sobre os outros não permitem essa funcionalidade. Muitos trabalham na praia, vendendo comidas, e ficaram sem local para guardar suas carroças e equipamentos, o que inviabilizou para muitos a produção de renda.

A PRODUÇÃO TÁTICA DO ESPAÇO

As localidades em questão eram ocupações de áreas, até então, fora do interesse imobiliário. No início eram apenas algumas palafitas, um tipo de construção de madeira estruturada em estacas fincadas na lama do mangue.

A produção tática do espaço age de forma objetiva. Tais espaços proporcionam a seus moradores lugar para moradia, ainda que precária, a custos baixíssimos, onde o

terreno não é comprado, mas “fabricado” através de aterros, as casas são construídas com restos de materiais, onde os moradores não pagam taxas de serviços, como energia elétrica, água, esgoto sanitário, que são usados de forma clandestina.

Toda essa organização espacial não acontecia, no entanto, de forma pacífica, mas também era resultado de um combate cultural, social e político entre as populações das localidades e as diversas forças que a qualquer momento eram acionadas e convocadas para intervir naquele território.

Tal combate inicia pelo direito a um território e a práticas culturais diversas do que era aceito como “civilizado” e moderno. Começava pela reação de alguns moradores à presença de barracos de madeira cobertos com plástico e palafitas que “enfeavam” o bairro. Depois pela estigmatização dos moradores, que eram representados por jornalistas como perigosos, sujos, uma ameaça à segurança e à saúde do bairro.

Diferentemente da área rica do bairro, a população das duas localidades era constituída predominantemente por negros, imigrantes e descendentes de imigrantes de zonas rurais do interior do estado que vieram para a “cidade grande” a procura de trabalho e melhores condições de vida. A falta de recursos obrigou-os a se instalarem em áreas desprezadas pela especulação imobiliária, e ao mesmo tempo próximas aos locais onde exerciam suas atividades produtoras de renda.

No caso das comunidades pobres dos grandes centros urbanos, elas se caracterizam principalmente por carregarem os estigmas sociais que objetivam segregá-las da cidade, caracterizando-as como locais que deveriam não existir. Estas comunidades se estabelecem geralmente em torno das lutas pelo direito de existirem e de serem considerados como parte integrante da cidade.

Culturalmente, elas se caracterizam pela forma distinta que seus componentes têm de perceber o mundo e a realidade, bastante diversa da difundida pela cultura dita oficial, em função de suas lutas pela sobrevivência numa situação de grande carência de comida, de saúde, de educação, de transporte e de moradia (MONTENEGRO, 2013-A).

A população das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” era formada por trabalhadores do mercado formal, mas também por pequenos comerciantes, os quais associavam à sua moradia o comércio de alimentos e de itens de primeiras necessidades para atender aos moradores da própria localidade; também por prestadores de serviço, como pedreiros, marceneiros, serralheiros, encanadores, eletricitas, faxineiras, e empregadas domésticas, que trabalhavam, principalmente, para os moradores dos

prédios e casas de luxo de Boa Viagem; por catadores de materiais descartáveis, como latas e papelões, que abundavam nas lixeiras do bairro.

Nas comunidades expulsas do bairro de Boa Viagem, as crianças brincavam nas ruas, os jovens se encontravam para conversar, jogar e namorar. Idosos também costumavam sentar em cadeiras do lado de fora da casa para observar o movimento das ruas, ao mesmo tempo em que fugiam do calor excessivo dentro das casas mal iluminadas e pouco ventiladas. No entanto, esse costume de sentar do lado de fora das casas nos finais de tarde é muito comum ainda hoje nas pequenas cidades do interior, de onde procederam muitos destes moradores antigos, que, provavelmente, o trouxeram para as comunidades pobres do Recife.

Havia, portanto, um sentido de uso público do espaço, sempre carregado de memórias, de práticas, de vivências relacionadas a uma determinada condição social e cultural, diferentemente do que acontecia na área rica da cidade, onde as ruas pertencem aos automóveis (SILVA e BARBOSA, 2005).

A comunidade Xuxa era composta por cerca de 150 casas e tinha uma população composta praticamente por pessoas ligadas por laços de parentescos, parentes dos antigos fundadores da localidade. Deus nos Acuda era bem maior, composta por cerca de 800 casas.

A configuração das casas, todas muito próximas, mas mantendo demarcada a individualidade dos pequenos terrenos, autônomos e independentes, permitia o crescimento vertical das casas, muitas das quais recebiam tantos andares superiores quantos casamentos aconteciam na família. Por conta desse costume, era muito comum a aproximação entre moradias de parentes.

BAIRRO DE BOA VIAGEM: UM GRANDE NEGÓCIO INACESSÍVEL AOS POBRES

No quadro econômico-social brasileiro de então era a economia quem pedia passagem. A Copa de 2014 estava às portas. As cidades precisavam dar condições de mobilidade aos inúmeros turistas que injetariam milhões de dólares na economia. As cidades precisavam estar belas, seguras e asseadas, para figurarem nas fotos e documentários que colocariam o Brasil nas vitrines de todo o mundo.

A expulsão dos moradores das “favelas” que ocupavam as margens dos mangues e outras áreas alagadas da cidade foi a opção escolhida pelo poder público para atender

às exigências de uma cidade mercadoria. Foram, então, construídos conjuntos de prédios para assentamento de tais moradores. Segundo o discurso de governo, o projeto visava a abrir passagem para novas vias de trânsito, preservar o meio ambiente e incluir socialmente as populações pobres a partir da entrega de moradias classificadas como dignas pelo poder público (PREFEITURA DO RECIFE, 2008).

Após várias tentativas por parte do poder público de retirar do bairro de Boa Viagem essa população pobre em ações anteriores, finalmente em 2010, as casas da beira do mangue foram derrubadas e a população expulsa para o bairro vizinho da Imbiribeira. O processo de expulsão pôde ser constatado a partir dos relatos dos moradores, cujas características estão relacionadas abaixo:

1-A população já havia sido ameaçada de expulsão muitas vezes sem sucesso, o que aparece no relato de uma moradora entrevistada, em 24/09/2010: “Aquela localidade que a gente mora já foi indenizada três vezes: na época de Roberto Magalhães, na época de Jarbas, e o povo comia o dinheiro, e eles não faziam nada lá. A pessoa voltava e invadia novamente”;

2-O projeto da Via Mangue já estava aprovado e contratado pela prefeitura, portanto a remoção não seria negociada, mas um fato a ser consumado;

3-Não houve um agendamento para o dia da remoção, mas uma estratégia que incluiu boatos, encenações associados a uma eficiente logística. Houve, portanto, muito prejuízo material e moral para a população;

4-As garantias de não prejuízo foram parciais e falaciosas, foram mais sedutoras que reais;

5-Muitos não se sentiram recompensados pelas perdas materiais (qualidade de moradia) e, mesmo os que consideram que as condições de moradia melhoraram, se sentiram prejudicados nas relações e condições de trabalho e produção de renda;

6-Muitos sentiram-se violentados na sua identidade, nas suas práticas e costumes tradicionais e na sua organização social, em função da nova tipologia de moradia a eles imposta.

Enfim, não faltavam motivos econômicos, sociais e culturais para a expulsão das comunidades. Dessa forma, não houve uma consulta genuína à população, mas audições públicas que serviam muito mais para cumprimento de protocolos e para o pronunciamento de discursos justificativos, que para escutar a população. Isso caracteriza uma expulsão, por ter sido uma ação forçada, prejudicial e traumática para a

população, à qual não teve a devida assistência jurídica e social obrigatória nesses casos.

UMA LUTA SILENCIOSA E INDIVIDUAL PELO DIREITO À CIDADE

O espaço das localidades representadas socialmente como “favelas” exerce funções muito mais amplas que o de simples local de habitação. Uma delas é a geração de trabalho e renda, embora com níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho. Nelas, os estabelecimentos que se mesclam com as habitações são os mais variados possíveis: salões de beleza, oficinas as mais diversas, depósito de bebidas, lojas de roupas. São pequenos negócios familiares que atendem à própria comunidade (SILVA e BARBOSA, 2005).

Um aspecto particular caracterizava o uso do território nas localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda”: Além de haver muita proximidade entre vizinhos devido à estreiteza das ruas, havia também as relações de parentesco entre eles. Esse *estar perto* gerava situações muito vantajosas para a localidade, porque os parentes e vizinhos se ajudavam na tarefa de cuidar dos filhos, praticavam mais facilmente a solidariedade em situações de necessidade e também podiam estar mais perto nos momentos de alegria. A rua era um ponto de integração comunitária.

Mas, a presença das comunidades pobres do bairro de Boa Viagem deixava à vista os contrastes sociais, o imenso abismo que existe ainda entre os muito ricos e os muito pobres, esse enorme desequilíbrio na distribuição de riquezas, que faz com que continue existindo pobreza num país que, à época, ainda era a sétima economia do mundo.

O poder público, enquanto aliado das elites sociais e culturais, tratou de elaborar e legitimar discursos que justificassem os projetos de expulsão dessas populações pobres para bairros mais populares, utilizando-se de argumentos que dessem a eles efeitos de verdade, de forma a obter o apoio da opinião pública.

Na verdade eram velhas políticas sustentadas por discursos também não muito novos. O discurso governamental baseado na necessidade de melhoria das condições de vida de pessoas que moram nas “favelas”, prometendo-lhes moradias dignas e higiênicas, tudo isso acompanhado de uma educação “civilizadora”, surgiu no Brasil na década de 30, quando o país passava por uma série de mudanças em função da

revolução liderada por Getúlio Vargas e era instaurado um regime autoritário e populista.

A mesma lógica paternalista, cuja base de sustentação estava centrada no trato com os pobres davam o tom das intervenções governamentais em localidades pobres das zonas urbanas do Recife, entre os anos de 2003 a 2012 (SILVA e BARBOSA, 2005).

Neste contexto, o discurso da “inclusão social” e do “direito à dignidade” por parte dos moradores dessas comunidades surgiram como principais argumentos para os processos de expulsão, obtendo a adesão e o apoio da população mais carente que morava em palafitas nas áreas alagadas do Recife e dos mais ricos que queriam vê-los longe de do bairro de Boa Viagem. Ao mesmo tempo, a divulgação na imprensa de visitas presidenciais a comunidades pobres e a canteiros de obras de habitações populares, promessas políticas e inaugurações espetaculares trataram de montar o cenário adequado para uma exitosa campanha política com vistas às eleições de 2012 e de 2014.

Através da análise das entrevistas realizadas, foi possível perceber como as vidas dos moradores foram impactadas pela expulsão do bairro de Boa Viagem, para melhor ou para pior, e de que formas individuais e próprias cada um tornou habitável a nova moradia ou viável as novas circunstâncias econômicas e culturais a que foram submetidos, ou seja, nas palavras de Certeau (1994), através de quais “microresistências” fundaram suas “microliberdades”, mobilizaram recursos insuspeitos e deslocaram as fronteiras da dominação dos poderes que atuava sobre eles.

Nesse sentido, buscou-se, como afirma Montenegro (2010, p.147), “recuperar as práticas ordinárias e, portanto, quase invisíveis, que normalmente não deixam vestígios escritos, mas apenas traços de memória”. Observou-se que tais práticas não são do tipo padronizadas, mas são relacionadas com questões individuais, e se ligam inseparavelmente à história de vida de cada morador, na sua singular participação no quadro social da cidade, embora dentro de uma cultura e uma economia comum a todos do seu grupo.

Os discursos emitidos pelos moradores em suas entrevistas, muitas vezes emitidos não apenas pela linguagem falada, mas principalmente pelas práticas, passam uma mensagem de conhecimentos e saberes próprios das camadas populares, que se reconhecem como poder, na medida em que se contrapõem a outros grupos, portadores de outros interesses no quadro das relações sociais, reafirmando o seu direito à

cidadania, assim como a uma cultura e a uma organização social próprias (MONTENEGRO, 2013-A).

Tais relatos, ainda que individuais, se alinham de forma inseparável com as memórias coletivas e refletem situações vividas por muitos outros indivíduos de uma mesma época, de um mesmo grupo social e passam a se refletir mutuamente (MONTENEGRO, 2010).

Não obstante as proibições e ameaças, os serviços de oficina passaram a ser praticados nos vãos de circulação entre os prédios; as salas dos apartamentos térreos se transformaram em lojas, como mercadinhos, bombonieres, depósitos de água mineral, mercearias e bares; os jardins laterais foram cercados, tornando-se como que propriedades particulares dos moradores que deles cuidavam; nos apartamentos superiores foram penduradas placas abaixo das janelas, indicando as atividades de comércio ou serviços que ali passaram a ser praticadas.

As circulações internas se transformaram em estacionamentos de carroças de praia, usadas para vender alimentos a banhistas e frequentadores da orla de Boa Viagem e o estacionamento externo foi se tornando menor, por causa das barracas que nele vão se instalando, pouco a pouco. Uma das adaptações mais interessantes foi a transformação por um dos moradores da guarita de entrada do condomínio em uma barbearia, o que trouxe para ele uma grande melhoria, uma vez que esta atividade era praticada na sala de sua casa na antiga comunidade.

No entanto, a principal tática dos moradores passou a ser o aluguel e a venda dos apartamentos. O aluguel passou a proporcionar uma renda mensal extra, enquanto os proprietários, em geral solteiros ou com famílias pequenas, passaram a morar com seus parentes mais velhos, como pais e tios, deixando assim também de pagar taxas de energia elétrica, água e condomínio. A solidariedade voltou assim, de certa forma, a ser um fator de sobrevivência para os moradores.

Os apartamentos passaram a ser cobiçados por pessoas da classe média baixa, uma vez que eram bem localizados e projetados para um estilo de vida condizente com o modo de vida daquelas famílias, que normalmente utilizam o apartamento apenas como moradia, produzindo renda em outros locais, como em estabelecimentos externos ou em empregos fixos.

Essa demanda fez com que os apartamentos se valorizassem enormemente, o que se tornou um fator de pressão imobiliária, levando os moradores a verem na venda dos apartamentos oportunidades para uma mudança de vida, como o investimento em

estabelecimentos comerciais e moradias em cidades do interior, onde os terrenos não são tão valorizados e o custo de vida não é tão elevado quanto no Recife. Segundo os relatos dos moradores, na época da pesquisa, mais da metade dos apartamentos já haviam sido vendidos ou alugados, levando a antiga comunidade a um processo de dispersão.

Através das análises das entrevistas realizadas no Residencial III Via Mangue, pôde-se identificar, também, o travamento de um combate cultural entre gestores públicos e moradores e entre grupos de moradores com interesses distintos no sentido da construção de uma nova identidade.

Entre os moradores, há os que querem trazer para o novo residencial práticas que eram comuns na antiga comunidade e há aqueles que lutam para que haja uma apropriação do modo de vida da classe média, que já ocupa boa parte dos apartamentos entregues pela prefeitura a ex-moradores das comunidades expulsas de Boa Viagem. Estes últimos representam aqueles que têm a sua fonte de renda ligada a um emprego externo, e que utilizam o apartamento apenas como moradia, sem a necessidade de utilizá-lo também como local de produção de renda. Estes viram na mudança para o Residencial uma oportunidade de mudança de status social, ou melhor dizendo, viram uma chance de se livrarem de vez dos estigmas sociais da pobreza, que sempre carregaram como uma ferida aberta na pele.

Para estes, a apropriação do modelo de organização social e das novas regras disciplinadoras impostas pela prefeitura, significou uma chance de ascensão social, o que configura mais uma tática como instrumentos de luta em prol de uma nova identidade. Estes, em seus depoimentos, já desenvolveram um discurso, cuja ideia central é: “Não basta só deixar a favela, tem que abandonar o espírito de favelado”.

CONCLUSÃO

O projeto do conjunto de prédios foi concebido dentro de uma ideologia disciplinadora, onde os moradores foram obrigados a se comprometerem com o respeito a regras impostas pela prefeitura, que passou a monitorar o território e a usar seus dispositivos de controle para garantir o cumprimento de suas determinações.

Os dados coletados e analisados nesta pesquisa indicam que a imposição por parte da prefeitura de uma forma de organização social estranha à cultura e às tradições dos moradores expulsos do bairro de Boa Viagem e a inserção deles em outro bairro que

em nada se assemelha ao lugar onde desenvolveram uma cultura e uma economia adaptadas às suas necessidades cotidianas provocaram uma quebra de identidade, além de não terem solucionado totalmente o problema da segregação social do espaço.

As fronteiras culturais, sociais e econômicas que os segregava espacialmente no bairro de Boa Viagem não foram eliminadas com a mudança, mas apenas deslocadas, uma vez que os estigmas sociais da pobreza acompanharam os moradores e com eles se instalaram no novo local de moradia.

Esses fatores negativos, que atingiram dramaticamente não apenas a economia da população, mas a organização social, a cultura e a identidade dos moradores fizeram com que a recepção ao projeto não fosse passiva nem totalmente pacífica.

De acordo com os dados levantados pela pesquisa, os apartamentos onde foram reassentados os moradores, de fato, promoveram uma melhoria de vida em termos de moradia para os moradores mais pobres que viviam nas palafitas, mas desagradaram a outros moradores que haviam investido muitos anos na melhoria de suas casas, que se sentiram prejudicados por terem sido obrigados a abandoná-las e a viver nos pequenos apartamentos construídos pela prefeitura.

Outro grupo, que era majoritário na comunidade e que também se sentiu prejudicado, foi o de comerciantes e de prestadores de serviços, que viviam em função da proximidade com as moradias e estabelecimentos ricos do bairro de Boa Viagem, que viram suas rendas diminuir drasticamente, enquanto as despesas aumentavam, pela obrigatoriedade de pagar taxas de luz, de água e de condomínio, o que não existia na localidade extinta.

Através do uso de táticas e de burlas, a população passou a recriar os espaços planejados pela prefeitura, dando novos usos a espaços e equipamentos, de forma a adaptá-los à sua cultura, a viabilizar novamente meios para a produção de renda, principalmente por parte dos moradores que não tinham empregos fixos e dependiam de atividades autônomas para produzirem suas rendas.

Enfim, as comunidades pobres que “estavam no caminho” da Via Mangue foram, de fato, expulsas e deram lugar, aos parques, às pontes, aos túneis e aos viadutos requeridos pelos que querem lucrar com os eventos internacionais, com os empreendimentos imobiliários e com o turismo na cidade do Recife.

No entanto, a intervenção governamental pôs em movimento os mais diversos atores sociais, cujas ações e reações não são uniformes, não podem ser previstas ou controladas, mas são impulsionadas pelos mais diversos interesses e direcionadas pelo

acaso dos combates culturais e sociais, que “fabricam” identidades, deslocam, levantam e derrubam fronteiras e continuam indefinidamente a cartografar a cidade no movimento incessante da história.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa. Difel, 1990.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 8.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO JR., Jamildo Pereira de. **Moradora símbolo do via mangue 3 nunca votou em lula**. Blogjamildo, 2010. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/05/07/moradora_simbolo_do_via_mangue_3_nunca_votou_em_lula__70331.php> Acesso: 13 mai. 2013

MONTENEGRO, A.T. **História, metodologia, memória** – 1. Ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 6. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013-A.

PREFEITURA DO RECIFE. **Via Mangue**. 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2008/05/05/mat_161990.php>. Acesso: 10 out. 2011.

PUENTES, Jhonny; GAVÍDIA, J. L. Monzant. **História e historiografia**: construção de novas tendências teóricas. In. PÔRTO JR., Gilson (org.). História do tempo presente. Bauru, SP: Edusc, 2007.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz . **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da, HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2003.